



VANGUARDACAP CAPITALIZAÇÃO S.A.

Demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2025



Vanguardacap Capitalização S.A.

Demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2025

Índice

Relatório da administração.....03

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias.....05

Balanços patrimoniais.....10

Demonstrações dos resultados.....12

Demonstrações dos resultados abrangentes.....13

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido14

Demonstrações dos fluxos de caixa15

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias.....16

Conselho de administração32



Vanguardacap Capitalização S.A.

Relatório da administração

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Senhores Acionistas,

1. Contexto geral

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras intermediárias (Demonstrações) da **Vanguardacap Capitalização S.A.** (Companhia), relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2025, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Essas práticas contábeis estão contidas no conjunto de normas emitidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), onde se destacam a Resolução CNSP nº 432 e a Circular SUSEP nº 648, ambas de 12 de novembro de 2021, e suas alterações posteriores, sendo esta última a que aprova a adoção dos pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na íntegra ou com especificidades, para essas companhias.

As Demonstrações estão apresentadas em consonância com os modelos de publicação estabelecidos pela referida circular e seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelos Pronunciamentos CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Nessas Demonstrações, a Vanguardacap Capitalização S.A. é tratada pelo termo “Companhia” e o termo “Grupo Icatu” é usado para tratar o conjunto formado pela Icatu Seguros S.A, suas controladas e coligadas, a qual a Companhia faz parte.

2. Desempenho

A Companhia cessou a comercialização de planos de capitalização no ano de 2018 e atualmente se dedica à administração da sua carteira de clientes ativos e provisões técnicas relacionadas em *run-off*, na forma do plano de negócios submetido e aprovado pela SUSEP. A administração manterá a Companhia para outras oportunidades de negócios.

O resultado com capitalização, no primeiro semestre de 2025, apresentou um lucro de R\$ 6.302 (R\$ 489 no mesmo período do ano anterior). Esse desempenho positivo decorreu, principalmente, do atingimento do prazo prescricional dos títulos sorteados, conforme previsto no Código Civil Brasileiro, sendo os valores correspondentes reconhecidos como receita operacional no período.

As despesas administrativas foram de R\$ 67 (R\$ 208 no mesmo período do ano anterior). As receitas financeiras, líquidas das despesas financeiras, foram de R\$ 1.333 (R\$ 1.142 no mesmo período do ano anterior).

A Companhia é administrada de acordo com as melhores práticas de gestão de ativos, passivos e riscos, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021 e suas alterações posteriores. A Companhia mantém sólida posição financeira, com excesso de ativos vinculados à cobertura de provisões técnicas na ordem de R\$ 20.373 em 30 de junho de 2025, (R\$ 14.357 em 31 de dezembro de 2024) e apresenta 189% de suficiência de capital (131% de suficiência de capital em 31 de dezembro de 2024).



Vanguardacap Capitalização S.A.

3. ASG – Ambiental, Social e Governança

Em 2025, o Grupo Icatu, ao qual a Companhia pertence, publicou seu primeiro relatório de sustentabilidade, concluindo assim a implementação dos requisitos previstos na Circular SUSEP nº 666/2022.

Foram destaques no relatório do Grupo Icatu o retorno para a sociedade em forma de resgates e sorteios; 43% da liderança ser composta por mulheres, 79% de favorabilidade na pesquisa de clima 2024 com a inclusão pelo 10º ano consecutivo na lista das melhores empresas para trabalhar com sede no Rio de Janeiro, além do apoio a 30 projetos sociais nas áreas de educação, saúde e promoção da diversidade.

Com isso, a Companhia reforça seu alinhamento aos princípios de sustentabilidade do grupo, atuando de forma ética, responsável e comprometida com a geração de valor para a sociedade.

No primeiro semestre de 2025 a Companhia retornou à sociedade, R\$ 52 (R\$ 163 no mesmo período do ano anterior) pagos à serviços de parceiros terceirizados, R\$ 600 (R\$ 122 no mesmo período do ano anterior) em tributos indiretos e R\$ 4.179 (R\$ 307 no mesmo período do ano anterior) em tributos diretos.

4. Auditores independentes

Os serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras e de asseguração limitada exigidos pelo órgão regulador para o Grupo Icatu, foram prestados pela **KPMG Auditores Independentes Ltda** até 31 de dezembro de 2024, com honorários anuais contratuais, brutos de tributos, no montante de R\$ 2.375, em 2024. A partir de 01º de janeiro de 2025, a **PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.** passou a ser o novo fornecedor, com honorários anuais contratuais, brutos de tributos, no montante de R\$ 3.227, em 2025.

5. Agradecimento

A Vanguardacap Capitalização S.A. aproveita a oportunidade para agradecer aos acionistas pela confiança e à SUSEP pelo apoio.

Rio de Janeiro, 26 de agosto de 2025.

A Administração.



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos Administradores e Acionistas
Vanguardacap Capitalização S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Vanguardacap Capitalização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

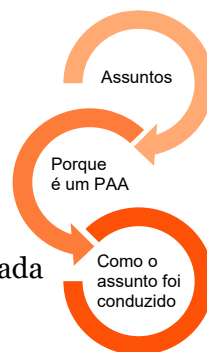
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vanguardacap Capitalização S.A. em 30 de junho de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras intermediárias de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.





Vanguardacap Capitalização S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Mensuração das provisões técnicas de capitalização (Notas 3.8 e 6) A Companhia apresenta passivos decorrentes de operações de títulos de capitalização, registrados na rubrica "Provisões Técnicas - Capitalização" nas demonstrações financeiras intermediárias. A Provisão para Resgate (PR) e de Sorteios a Pagar (PSP), que é constituída a partir da data do evento gerador de resgate ou sorteio do título até a data da liquidação financeira ou do recebimento do comprovante de pagamento da obrigação ou do atingimento dos critérios do prazo prescricional previstos no Código Civil Brasileiro. Considerando a relevância dos valores, consideramos essa uma área de foco de nossos trabalhos de auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos relevantes referentes a reconciliação dos saldos contábeis com os relatórios operacionais. Para a Provisão para Resgate, efetuamos a reconciliação dos relatórios operacionais de resgates e realizamos o confronto com o relatório gerencial de provisões técnicas de capitalização; e realizamos teste, em base amostral, para os resgates ocorridos no período com os respectivos comprovantes de liquidação financeira. Para a Provisão de Sorteios a Pagar avaliamos a razoabilidade dos critérios estabelecidos pela Administração para confirmar o atingimento do prazo prescricional previsto no Código Civil Brasileiro com o objetivo de suportar a reversão da provisão. Consideramos que as metodologias utilizadas na mensuração dessas provisões técnicas são consistentes com as informações obtidas no curso de nossa auditoria.

Outros Assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

Os exames das demonstrações financeiras em 31 de dezembro e em 30 de junho de 2024, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de auditoria, com data de 25 de fevereiro de 2025 e 27 de agosto de 2024, respectivamente, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Vanguardacap Capitalização S.A.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras intermediárias

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não



Vanguardacap Capitalização S.A.

corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação da nossa opinião.

- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras intermediárias. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras intermediárias: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras intermediárias com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras intermediárias são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras intermediárias.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida



Vanguardacap Capitalização S.A.

significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados, e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificados durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras intermediárias do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 27 de agosto de 2025

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

DocuSigned by

Assinado por: MARCELO LUIS TEIXEIRA SANTOS 04280218757
CPF: 04280218757
Data/Hora da Assinatura: 27 de agosto de 2025 | 16:58 BRT
O: CIP-Brazil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB
C: BR

Marcelo Luis Teixeira Santos
Contador CRC 1PRO50377/O-6



Vanguardacap Capitalização S.A.

Balanços patrimoniais

Em 30 de junho de 2025 e de 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

	30/06/2025	31/12/2024
ATIVO		
CIRCULANTE	21.570	25.166
Disponível	283	185
Caixa e bancos	283	185
Aplicações	21.281	24.981
Nota 5		
Títulos e créditos a receber	6	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	319	311
Realizável a longo prazo	146	140
Títulos e créditos a receber	146	140
Depósitos judiciais e fiscais	146	140
Nota 8.1		
Intangível	173	171
Outros intangíveis	173	171
TOTAL DO ATIVO	21.889	25.477



Vanguardacap Capitalização S.A.

Balanços patrimoniais

30 de junho de 2025 e de 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

		30/06/2025	31/12/2024
PASSIVO			
CIRCULANTE		1.148	11.041
Contas a pagar		326	417
Obrigações a pagar		248	351
Impostos e encargos sociais a recolher		-	2
Impostos e contribuições		78	64
Provisões técnicas - capitalização	Nota 6	822	10.624
Provisão para resgates		822	838
Provisão para sorteio (*)		-	9.786
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		146	143
Outros débitos		146	143
Provisões judiciais	Nota 8.2	146	143
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota 9	20.595	14.293
Capital social		12.000	12.000
Reservas de lucros		2.293	2.293
Lucro líquido do semestre		6.302	-
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		21.889	25.477

(*) Os valores dos sorteios foram integralmente baixados em 2025 de acordo com o atingimento do prazo prescricional, previsto no Código Civil Brasileiro, maiores detalhes podem ser vistos na nota 6.



Vanguardacap Capitalização S.A.

Demonstrações dos resultados

Para os semestres findos em 30 de junho de 2025 e de 2024
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

		30/06/2025	30/06/2024
Custo de aquisição		(12)	(15)
Outras receitas e despesas operacionais (*)	Nota 11.2	9.829	-
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO		9.817	(15)
Despesas administrativas	Nota 11.3	(67)	(208)
Despesas com tributos	Nota 11.4	(600)	(122)
Resultado financeiro	Nota 11.5	1.333	1.142
RESULTADO OPERACIONAL		10.483	797
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		10.483	797
Imposto de renda	Nota 12	(2.607)	(187)
Contribuição social	Nota 12	(1.572)	(120)
Participações sobre o lucro		(2)	(1)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		6.302	489
Quantidade de ações		12.000.000	12.000.000
Lucro líquido do semestre por ação – R\$		0,53	0,04

(*) Os valores dos sorteios foram integralmente baixados em 2025 de acordo com o atingimento do prazo prescricional, previsto no Código Civil Brasileiro, gerando uma receita operacional com prescrição de títulos. Maiores detalhes podem ser vistos nas notas 3.8.3 e 6.



Vanguardacap Capitalização S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Para os semestres findos em 30 de junho de 2025 e de 2024
(Em milhares de reais)

	30/06/2025	30/06/2024
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	6.302	489
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO SEMESTRE	6.302	489

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.



Vanguardacap Capitalização S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os semestres findos em 30 de junho de 2025 e de 2024

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva estatutária		
Saldos em 1º de janeiro de 2024	12.000	392	1.189	-	13.581
Lucro líquido do semestre	-	-	-	489	489
Saldos em 30 de junho de 2024	12.000	392	1.189	489	14.070
Saldos em 1º de janeiro de 2025	12.000	439	1.854	-	14.293
Lucro líquido do semestre	-	-	-	6.302	6.302
Saldos em 30 de junho de 2025	12.000	439	1.854	6.302	20.595



Vanguardacap Capitalização S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os semestres findos em 30 de junho de 2025 e de 2024.
(Em milhares de reais)

	30/06/2025	30/06/2024
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do semestre	6.302	489
Ajustes para:		
Variação das provisões técnicas - capitalização	53	31
Prescrição de títulos de capitalização (*)	(9.826)	-
Variação das provisões judiciais	143	(5)
Variação de impostos sobre o lucro	4.184	260
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	3.700	25
Créditos fiscais e previdenciários	-	11
Depósitos judiciais e fiscais	(6)	-
Outros ativos	(8)	(1)
Outras contas a pagar	(245)	116
Provisões técnicas - capitalização	(29)	(157)
Caixa gerado nas operações	4.268	769
Tributos sobre o lucro pagos	(4.170)	(271)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	98	498
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamento pela compra:		
Intangível	-	(2)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	-	(2)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Distribuição de dividendos	-	(302)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	-	(302)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	98	194
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	185	28
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	283	222

(*) Os valores dos sorteios foram integralmente baixados em 2025 de acordo com o atingimento do prazo prescricional, previsto no Código Civil Brasileiro, gerando uma receita operacional com prescrição de títulos. Maiores detalhes podem ser vistos nas notas 3.8.3 e 6.

**Vanguardacap Capitalização S.A.****Notas explicativas**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A **Vanguardacap Capitalização S.A.** (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, no *Aqwa Corporate*, à Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º, Santo Cristo, e está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar em todas as unidades da federação e tem por objeto operar com planos de capitalização, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades.

Nessas demonstrações financeiras intermediárias (Demonstrações) a Vanguardacap Capitalização S.A. é tratada pelo termo “Companhia” e o termo “Grupo Icatu” é usado para tratar o conjunto formado pela Icatu Seguros S.A. (Icatu Seguros) e suas controladas, a qual a Companhia faz parte.

A Companhia faz parte do Grupo Icatu, onde as empresas atuam de forma integrada e com o objetivo de obterem o maior nível de sinergia possível, sendo que os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente, sendo a Icatu Seguros S.A. o controlador final.

A Companhia cessou a comercialização de planos de capitalização no ano de 2018 e atualmente se dedica à administração da sua carteira de clientes ativos e provisões técnicas relacionadas em *run-off*, na forma do plano de negócios submetido e aprovado pela SUSEP. A administração manterá a empresa para outras oportunidades de negócios.

2. Base de preparação e divulgação

As Demonstrações foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Essas práticas contábeis estão contidas no conjunto de normas emitidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), onde se destacam a Resolução CNSP nº 432 e a Circular SUSEP nº 648, ambas de 12 de novembro de 2021, e suas alterações posteriores, sendo esta última a que aprova a adoção dos pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na íntegra ou com especificidades, para essas companhias.

As Demonstrações estão apresentadas em consonância com os modelos de publicação estabelecidos pela referida circular e seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelos Pronunciamentos CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

A administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, portanto, as Demonstrações foram preparadas com base nesse princípio. A administração declara que as divulgações realizadas nas Demonstrações evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os exercícios apresentados.

As Demonstrações foram autorizadas para emissão pelo conselho de administração em 26 de agosto de 2025.

**Vanguardacap Capitalização S.A.****Notas explicativas**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.1 Base de mensuração

As Demonstrações foram preparadas com base no custo histórico, exceto quanto aos seguintes itens, reconhecidos à valor justo:

- Caixa e bancos (nota 3.3.);
- Instrumentos financeiros mensurados pelo Valor Justo por meio do Resultado (VJR) (nota 3.4.1. e 5.1.1.); e
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP (nota 3.8. e 6).

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As atividades da Companhia são desenvolvidas em um ambiente que adota o real (R\$) como moeda funcional e de apresentação e, portanto, essas Demonstrações são expressas nessa mesma moeda, arredondados em milhares (R\$000), exceto quando indicado de outra forma.

3. Resumo das principais políticas contábeis materiais

As principais práticas contábeis materiais aplicadas na preparação das Demonstrações estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de maneira consistente para todos os períodos apresentados nessas Demonstrações.

3.1. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e as principais explicações sobre a sua constituição estão apresentadas a seguir.

Uma parte da receita é reconhecida no pagamento ou com a informação de pagamento da contribuição pelo subscritor (quota de capitalização e sorteio) e a receita do carregamento é reconhecida conforme o atendimento da contraprestação a ser oferecida pela sociedade de capitalização aos titulares de direitos de resgate e de sorteio (quota de carregamento).

Os fatos geradores da receita para as operações de capitalização são:

- I. O recebimento ou a informação sobre o recebimento, para as quotas de capitalização e de sorteio da contribuição; e
- II. O atendimento da contraprestação a ser oferecida pela sociedade de capitalização aos titulares de direitos de resgate e de sorteio, conforme critérios, metodologias e premissas discriminados em estudo técnico, para a quota de carregamento.

Com a cessação da comercialização dos produtos pela Companhia, não foram registradas novas receitas com comercialização de novos títulos até 30 de junho de 2025. Destaca-se que os valores dos sorteios foram integralmente baixados em 2025 de acordo com o atingimento do prazo prescricional, previsto no Código Civil Brasileiro, gerando uma receita operacional com prescrição de títulos. Maiores detalhes podem ser vistos nas notas 3.8.3 e 6.

As correspondentes provisões técnicas são constituídas simultaneamente ao reconhecimento das receitas. As despesas com colocação de títulos de capitalização, classificadas como “Custo de aquisição”, são reconhecidas contabilmente quando incorridas com o devido efeito do diferimento quando aplicável.

**Vanguardacap Capitalização S.A.****Notas explicativas**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.2. Balanço patrimonial

- A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das Demonstrações, com o objetivo de classificar como ativo ou passivo não circulante o montante que ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data-base;
- Os títulos e valores mobiliários a Valor Justo por meio do Resultado (VJR) estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento;
- Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices que constam em seus respectivos contratos ou àqueles definidos em leis específicas;
- Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, e os passivos de provisões técnicas acompanham suas características e objetivos; e
- Tributos diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante e não são ajustados à valor presente.

3.3. Caixa e bancos

São representados por depósitos bancários sem vencimento.

3.4. Instrumentos financeiros**3.4.1. Mensuração e classificação**

O Grupo Icatu determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial, de acordo com a definição do CPC 48 - Instrumentos Financeiros que introduziu o conceito de modelo de negócio e avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais (SPPJ - Somente Pagamento de Principal e Juros). O modelo de negócio representa a forma de como o Grupo Icatu faz a gestão de seus ativos financeiros e o SPPJ trata da avaliação dos fluxos de caixas gerados pelos instrumentos financeiros com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. De acordo com esses conceitos, os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

3.4.1.2 Valor Justo por meio do Resultado (VJR)

Serão classificados como VJR os títulos e valores mobiliários que não se enquadrem nas categorias de Custo Amortizado ou Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA). Devem ser medidos pelo valor justo, baseado em mercado, computando-se o ganho ou a perda no resultado do período. Investimentos em ações e derivativos, como não atendem ao critério de fluxos de caixa, somente SPPJ, serão mensuradas nesta categoria.

3.5. Redução ao valor recuperável**3.5.1. Ativos financeiros**

O objetivo dos requisitos de redução ao valor recuperável (*impairment*) é reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

Em cada data do balanço, a Companhia deve avaliar se o risco de crédito do instrumento financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial. Ao fazer essa avaliação, a Companhia deve utilizar a

**Vanguardacap Capitalização S.A.****Notas explicativas**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

alteração no risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida esperada do instrumento financeiro, e não a alteração no valor de perdas de crédito esperadas. Para fazer essa avaliação, a Companhia deve comparar o risco de inadimplência que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência que ocorre no instrumento financeiro na data de reconhecimento inicial e deve considerar informações razoáveis e sustentáveis, disponíveis sem custo ou esforço excessivos, que sejam um indicativo de aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

A Companhia semestralmente avalia a recuperação dos ativos financeiros. Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024 não houve indícios que os ativos financeiros não seriam recuperados.

3.5.2. Ativos não financeiros

A redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros é contabilizada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. A recuperabilidade dos ativos é revista, no mínimo, semestralmente.

As perdas por redução ao valor recuperável para os ativos não financeiros são reconhecidas no resultado do período, em contrapartida de uma conta redutora do ativo correspondente, e se um evento subsequente indica reversão dessa perda, é feita a respectiva reversão também no resultado do período em que houve a mudança na estimativa.

3.6. Depósitos judiciais e fiscais

Estão contabilizados na rubrica “Depósitos judiciais e fiscais”, no ativo não circulante, e os rendimentos e atualizações monetárias sobre os depósitos judiciais e fiscais são reconhecidos no resultado, na rubrica “Resultado financeiro”. Os depósitos judiciais fiscais são atualizados monetariamente pela SELIC, enquanto os depósitos judiciais trabalhistas e cíveis pela Taxa Referencial (TR) + 0,5% (mensal).

3.7. Tributos correntes e diferidos

O registro contábil do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), ativos e passivos, correntes e diferidos, é feito com base em cálculos pelas alíquotas vigentes na data-base das Demonstrações. Adições e exclusões previstas na legislação em vigor, bem como compensações de créditos tributários, são aplicados, quando cabíveis.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos refletem os efeitos das diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados. O reconhecimento desses tributos é feito com base nas expectativas da administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até dez anos.

Para efeito de apresentação nas Demonstrações, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando há o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

**Vanguardacap Capitalização S.A.****Notas explicativas**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.8. Provisões técnicas**3.8.1. Provisão para Resgates**

A provisão representa os valores de resgates ainda não pagos até a data-base do cálculo, acrescidos mensalmente do índice de correção previsto no plano até a data do efetivo pagamento.

3.8.2. Provisão de Sorteios a Pagar

A provisão corresponde aos valores dos prêmios de sorteios devidos e ainda não pagos até a data-base do cálculo, atualizados monetariamente entre a data do sorteio e a data da efetiva liquidação.

3.8.3. Prescrição de títulos

A Companhia adota, nas provisões para resgates de títulos e sorteios a pagar, a baixa dos valores prescritos atendendo as disposições previstas no Código Civil. Em regra, os títulos são prescritos em cinco anos.

3.9. Dividendos

Os valores de dividendos mínimos estabelecidos no estatuto social são contabilizados como um passivo no final de cada exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo após a deliberação definitiva dos sócios.

3.10. Estimativas contábeis

A elaboração das Demonstrações requer que a administração use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos suscetíveis a essas estimativas e premissas envolvem entre outros: (i) valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR); (ii) Provisões judiciais; (iii) Provisões técnicas de capitalização; e (iv) Créditos tributários e previdenciários.

Essas premissas são revisadas, no mínimo, anualmente. Mesmo assim, os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas melhores estimativas e premissas, no momento de valorização e de revisão desses valores, dados os comportamentos dos mercados em que esses ativos e passivos estão inseridos.

O reconhecimento contábil da variação entre os valores estimados e realizados é efetuado no resultado do exercício.

3.11. Provisões judiciais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objetos de discussão judicial são realizados de acordo com a melhor estimativa dos valores a serem pagos. Os processos judiciais são classificados utilizando os prognósticos de perda provável, possível e remoto. A análise desses prognósticos é realizada com base na experiência dos escritórios de advocacia externos em conjunto com o departamento jurídico interno da Companhia, levando-se em consideração o risco efetivo de perda, podendo ser revisto de acordo com a fase processual e as decisões dos Tribunais. Com exceção das obrigações legais, o valor das provisões até agosto de 2024 era atualizado de acordo com a tabela aplicada pelo respectivo Tribunal cuja ação encontra-se tramitando. A partir de setembro de 2024, passamos a adotar a atualização pela SELIC, prevista na Lei nº 14.905/2024.

A Companhia provisiona a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável. As obrigações legais, independente dos prognósticos existentes, são contabilizadas em sua totalidade, dada a



Vanguardacap Capitalização S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

característica de serem questionamentos relativos à legalidade na forma da aplicação de tributos e até que os processos judiciais e/ou administrativos sejam decididos em todas as instâncias, dada a existência da previsão legal, os montantes são considerados líquidos e certos e, portanto, provável de ocorrer, sendo contabilizados integralmente. Estas provisões estão contabilizadas na rubrica “provisões judiciais”, no passivo não circulante, com base no tempo estimado de duração dos processos judiciais.

As obrigações fiscais e previdenciárias em discussão judicial estavam contabilizadas na rubrica “Outras contas a pagar – Obrigações fiscais” até 31 de dezembro de 2024, e a partir de 01º de janeiro de 2025 passaram a ser contabilizadas na rubrica “Provisões judiciais”, no passivo não circulante, atualizadas monetariamente pela taxa SELIC. Para fins de comparabilidade e melhor divulgação nas Demonstrações, reclassificamos os saldos de 31 de dezembro de 2024 para a rubrica de Provisões judiciais.

Os honorários de sucumbência são registrados com base nas informações dos assessores jurídicos da Companhia e dos consultores legais independentes e provisionados na medida das sentenças condenatórias proferidas. Legalmente será arbitrado após toda instrução processual e com a procedência dos pedidos homologados em sentença e/ou acórdão.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável.

3.12. Adoção de novas normas e interpretações

O normativo a seguir será adotado em períodos posteriores à data destas Demonstrações:

3.12.1 Emenda constitucional 132 de 20 de dezembro de 2023

A Emenda Constitucional nº 132, promulgada em 20 de dezembro de 2023, estabelece as bases para a reforma tributária, unificando, a partir de 2033, cinco tributos (ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS) em duas cobranças: CBS (federal) e IBS (estadual/municipal).

Em 16 de janeiro de 2025, o Projeto de Lei Complementar nº 68/2024 foi sancionado, transformando-se na Lei Complementar nº 214/2025, que regulamenta a maior parte da reforma. O PLP nº 108/2024, que aborda o Comitê Gestor do IBS e a repartição da arrecadação desse tributo, já foi aprovado na câmara dos deputados e aguarda aprovação no Senado.

O Grupo Icatu iniciou, em 2024, um projeto para monitorar a evolução da reforma e seus impactos operacionais, preparando-se para implementar as mudanças conforme as regulamentações forem publicadas pela Receita Federal, pelos Estados, pelos Municípios e pelo Comitê Gestor.

3.13.2. Medida provisória nº 1.303 de 11 de junho de 2025

A Medida provisória nº 1.303, promulgada em 11 de junho de 2025 eleva a alíquota da CSLL para as pessoas jurídicas de capitalização de 15% para 20%, a partir de outubro de 2025.

4. Gestão de risco

A Estrutura de Gestão de Riscos (EGR), conforme definição dada pela Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021, cujo objetivo é o de apoiar a Companhia no atingimento de seus objetivos estratégicos, atua de forma estruturada desde a avaliação até o tratamento das principais ameaças identificadas.

**Vanguardacap Capitalização S.A.****Notas explicativas**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para cumprir sua finalidade, a EGR utiliza o sistema de controles internos, que é o processo executado pelas unidades operacionais presentes em todas as linhas e orientadas para o desempenho das atribuições de controle interno na Companhia.

Atualmente, a Companhia se utiliza da EGR e do sistema de controles internos adotados no Grupo Icatu, sendo que tanto os itens de estrutura quanto de processos são proporcionais ao contexto atual da Companhia.

4.1. Gerenciamento, acompanhamento e mensuração dos riscos

4.1.1. Principais riscos associados

4.1.1.1. Risco de crédito

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de não cumprimento pelas contrapartes (emissores de créditos e resseguradoras) e de suas obrigações financeiras nos termos pactuados.

Os limites à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras são estabelecidos por meio da política de investimentos para cada companhia do Grupo Icatu. Em relação as emissões de empresas financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento, é adotada uma metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos dos emissores.

Os *ratings* em escala nacional das emissões de títulos privados presentes, diretamente ou indiretamente, nas carteiras de investimentos das empresas do Grupo Icatu, são considerados aqueles atribuídos somente pelas agências Fitch, S&P e Moody's. Na hipótese de mais de uma agência avaliar a mesma emissão, será utilizado o *rating* da avaliação mais recente. Caso não esteja disponível a nota da emissão, deverá ser utilizada a do emissor, se disponível.

O monitoramento do risco de crédito é estabelecido por meio de uma análise de *ratings* e *duration* que estima uma exposição a perda usando probabilidade de *default* dos ativos.

4.1.1.2. Risco de mercado

O risco de mercado decorre de flutuações de fatores do mercado financeiro, como taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e preço de ações, que causam mudança nos valores de ativos e passivos, podendo afetar de forma severa a solvência das empresas supervisionadas.

O controle do risco de mercado é baseado no modelo *Value at Risk - VaR*, que busca estimar a perda máxima esperada em um dado horizonte de tempo com certo grau de confiança.

O Grupo Icatu realiza análise periódica de sua carteira de investimentos com o intuito de avaliar a sua volatilidade, por meio de mudanças que podem trazer alterações significativas nos resultados. Tal política é adotada pelas áreas de controles de investimentos, em conjunto com a área de gestão de riscos, e revista anualmente.

Este indicador representa a condição da exposição ao risco de mercado está dentro do limite de 0,5%, que é o choque mínimo que a empresa espera suportar.

O monitoramento considera se o choque máximo suportado pela empresa, que é dado pela diferença entre a taxa de suporte e a taxa do ativo no período, é capaz cobrir este choque mínimo.



Vanguardacap Capitalização S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A análise de sensibilidade das aplicações financeiras é elaborada levando em consideração:

- (I) O VaR paramétrico: Assume uma distribuição normal para os retornos, tendo como horizonte de tempo 1 (um) mês e como grau de confiança 95%. Os dados utilizados para apuração são os retornos mensais desde junho de 2016, sendo que o método para medir a volatilidade dos retornos é o de médias móveis exponencialmente ponderadas (EWMA), com fator de decaimento de 0,95;
- (II) DV01 (*dólar-value for one basis-point*): medida de sensibilidade para variação do preço de um título de renda fixa em relação à variação de 1 (um) *basis-point* (0,01%) na taxa de juros a qual sua remuneração está associada.

Fatores de risco	30/06/2025	31/12/2024
	EWMA	EWMA
Pré-fixado	0,95	0,95

4.1.1.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade de as empresas não terem capacidade de converter seus ativos em recursos líquidos para honrarem suas obrigações, esperadas e inesperadas, dentro da data estabelecida e sem incorrer em perdas significativas, devido à eventual ausência ou descontinuidade de negociação do mercado ou ao seu tamanho em relação ao volume normalmente transacionado.

Uma visão para risco de liquidez considera os fluxos de caixa esperados dos títulos de renda fixa (públicos, privados ou operações compromissadas), sem considerar a venda antecipada destes títulos ou de outros investimentos na carteira. A divisão do somatório destes fluxos, denominados como fluxos dos investimentos, pelo somatório dos fluxos de receitas e despesas operacionais, além de outras obrigações, denominados como fluxos operacionais, pode ser chamada de Índice de Liquidez (IL).

Assim, um IL superior a 1 (um) indica que a empresa possui liquidez suficiente para arcar com seus compromissos futuros no horizonte de análise.

O monitoramento considera o menor indicador no horizonte de 6 (seis) meses do percentual de ativos líquidos em relação às obrigações.

As tabelas a seguir apresentam os principais ativos e passivos financeiros e de capitalização detidos pela Companhia, classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa, sem considerar a intenção de negociação ou marcação desses ativos.



Vanguardacap Capitalização S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos e passivos	30/06/2025			
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Caixa e bancos	283	-	-	283
Aplicações	21.281	-	-	21.281
Títulos e créditos a receber	6	-	-	6
Depósitos judiciais e fiscais	-	146	-	146
Total de ativos	21.570	146	-	21.716
Contas a pagar	326	-	-	326
Provisões judiciais	-	146	-	146
Provisões técnicas - capitalização	240	215	367	822
Total de passivos	566	361	367	1.294

Ativos e passivos	31/12/2024			
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Caixa e bancos	185	-	-	185
Aplicações	24.981	-	-	24.981
Depósitos judiciais e fiscais	-	140	-	140
Total de ativos	25.306	140	-	25.306
Contas a pagar	417	-	-	417
Provisões judiciais	-	143	-	143
Provisões técnicas - capitalização	10.038	223	363	10.624
Total de passivos	10.455	366	363	11.184

Os ativos financeiros, em sua maioria, possuem rápida ou imediata liquidez e podem ser resgatados para fazer face às obrigações, mitigando o risco de liquidez da Companhia.

4.2.1. Risco operacional

O risco operacional é resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo os riscos: legal, de *compliance* e cibernéticos e excluindo os riscos decorrentes de decisões estratégicas e inerentes a reputação da instituição.

A Companhia cessou a comercialização de planos de capitalização e, atualmente, se dedica à administração da sua carteira de clientes ativos e provisões técnicas relacionadas em *run off*, na forma do plano de negócio submetido e aprovado pela SUSEP. Por esse motivo, o esforço na gestão de riscos operacionais dessa empresa foi reduzido frente ao pequeno escopo na frequência e exposição dos riscos identificados.

4.2.2. Gestão de capital

A gestão de capital é um processo contínuo que visa garantir que a Companhia mantenha uma base de capital sólida e assim venha fazer frente aos riscos relevantes que possam afetar significativamente o seu negócio. Para tanto esse processo é estabelecido num planejamento atrelado aos objetivos estratégicos do Grupo Icatu e mantido com base em cenários de normalidade e estresse. A suficiência de capital é avaliada e mantida conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP.

5. Aplicações financeiras

5.1. Classificação por categoria, faixa de vencimento e nível

As quotas de fundos de investimentos estão precificadas conforme valores publicamente divulgados pelas instituições financeiras administradoras dos respectivos fundos.



Vanguardacap Capitalização S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A composição da carteira de ativos financeiros detidos pela Companhia não contempla os investimentos financeiros classificados como equivalentes de caixa.

Segue demonstração da abertura da carteira:

5.1.1. Valor Justo por meio do Resultado (VJR):

A seguir, a composição das aplicações financeiras mensuradas ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR) que representa 100,00% da carteira em 30 de junho de 2025 (100,00% em 31 de dezembro de 2024):

		30/06/2025	31/12/2024
Taxas contratadas		Valor contábil/ Valor justo	Valor contábil/ Valor justo
	Fundos não exclusivos	86	-
	Letras Financeiras do Tesouro - LFT Selic	21.195	24.981
	Total	21.281	24.981
	Circulante	21.281	24.981
	Não circulante	-	-

		30/06/2025	31/12/2024
	Sem vencimento	86	-
	Vencimento em até um ano	21.195	24.981
	Total	21.281	24.981

5.2. Movimentação das aplicações financeiras

A seguir, as movimentações das aplicações financeiras:

	Ao VJR
Saldo final em 01º de janeiro de 2024	24.485
(-) Resgates	(2.044)
(+) Rendimentos	2.540
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	24.981
(+) Aplicações	25.089
(-) Resgates	(30.236)
(+) Rendimentos	1.447
Saldo final em 30 de junho de 2025	21.281

5.3. Critérios adotados na determinação do valor justo

Os ativos mantidos em carteira administrada própria são avaliados ao valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos de referência divulgados pela ANBIMA e pela B3, exceto para os títulos classificados como custo de amortização, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs* de mercado, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 - que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);


Vanguardacap Capitalização S.A.
Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Na sequência, a composição das aplicações financeiras classificadas por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, incluindo a carteira dos fundos exclusivos:

	30/06/2025		
	Nível 1	Nível 2	Total
I. Títulos mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado:			
Fundos não exclusivos	-	86	86
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	21.195	-	21.195
Total	21.195	86	21.281

	31/12/2024		
	Nível 1	Nível 2	Total
I. Títulos mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado:			
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	24.981	-	24.981
Total	24.981	-	24.981

6. Provisões técnicas - capitalização

As provisões técnicas de capitalização estão classificadas no passivo circulante, quando são esperadas as respectivas exigibilidades dentro de doze meses seguintes à data das Demonstrações e são compostas da seguinte forma:

	Saldos em 01/01/2025	Amortizações/ prescrições	Atualização monetária	Saldos em 30/06/2025
Provisão para resgate de títulos vencidos	838	(29)	13	822
Provisão para Resgates	838	(29)	13	822
Provisão de sorteios a pagar*	9.786	(9.826)	40	-
Provisão para Sorteios	9.786	(9.826)	40	-
Total	10.624	(9.855)	53	822

*Os valores dos sorteios foram integralmente baixados em 2025 de acordo com o atingimento do prazo prescricional, previsto no Código Civil Brasileiro. Cabe esclarecer que todos os valores que compunham a Provisão para Sorteio referiam-se a títulos que foram emitidos e sorteados antes da aquisição da Cardif Capitalização S.A. (antiga razão social da Vanguardacap Capitalização S.A.) pela Icatu Capitalização S.A., ocorrida em agosto de 2018. Entretanto, a Companhia, por diligência e proteção ao cliente, realizou em 2020 uma nova comunicação com o intuito de estabelecer o início do marco prescricional da obrigação de pagamento dos títulos sorteados, possibilitando que os titulares contemplados pudessem exercer seu direito com transparência sem qualquer obstáculo.

	Saldos em 01/01/2024	Amortizações/ prescrições	Atualização monetária	Saldos em 31/12/2024
Provisão para resgate de títulos vencidos	1.084	(254)	8	838
Provisão para Resgates	1.084	(254)	8	838
Provisão de sorteios a pagar	9.707	-	79	9.786
Provisão para Sorteios	9.707	-	79	9.786
Total	10.791	(254)	87	10.624



Vanguardacap Capitalização S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6.1. Análise de sensibilidade – capitalização

As análises de sensibilidade consideraram os seguintes fatores: Riscos de subscrição e taxa de juros, e não impactaram significativamente o resultado e o patrimônio líquido.

As premissas consideradas no teste foram:

- I) **Riscos de subscrição:** Por se tratar de uma carteira em *run off* e sem títulos ativos, o risco de subscrição não é um parâmetro relevante para o resultado.
- II) **Taxa de juros:** Para a taxa de juros, um teste de aumento e redução de 1% na curva de juros (Estrutura a Termo das Taxas de Juros – ETTJ). Este teste apresentou impacto zero.

7. Garantia das provisões técnicas

Os ativos garantidores das provisões técnicas são compostos por:

	30/06/2025	31/12/2024
Provisões técnicas - capitalização:	822	10.624
Total a ser coberto	822	10.624
Ativos vinculados à cobertura de reservas		
Letras Financeiras do Tesouro	21.195	24.981
Total dos ativos vinculados	21.195	24.981
Excesso de ativos vinculados à cobertura de reserva	20.373	14.357

8. Depósitos judiciais e provisões judiciais

8.1. Depósito judiciais e fiscais

A rubrica “Depósitos judiciais e fiscais” classificadas no ativo não circulante, se refere a mandado de segurança (Lei 12.973/14) sobre a rubrica do ativo livre e prescrição. Em 30 de junho de 2025, o saldo dos depósitos judiciais e fiscais eram de R\$ 146 (R\$ 140 em 31 de dezembro de 2024).

8.2. Provisões judiciais – Obrigações fiscais

Na rubrica “Outras contas a pagar – Obrigações fiscais” estavam registradas até 31 de dezembro de 2024 as obrigações referentes ao valor total em discussão dos processos judiciais, composto pelas causas cíveis, trabalhistas e pelas discussões em que se questionam PIS e COFINS sobre as receitas financeiras, onde a Companhia depositou judicialmente e provisionou os montantes até março de 2022 e depois dessa data, passou a pagar.

De acordo com a determinação da SUSEP, em 01º de janeiro de 2025 a companhia reclassificou os saldos da rubrica "Outras contas a pagar – Obrigações fiscais" relacionado as discussões judiciais do PIS e COFINS para rubrica de "Outros débitos - Provisões judiciais". Para fins de comparabilidade e melhor divulgação nas Demonstrações, reclassificamos os saldos de 31 de dezembro de 2024 para a rubrica de Provisões judiciais.



Vanguardacap Capitalização S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldo em 01/01/2024	Atualização Monetária	Saldo em 31/12/2024	Atualização Monetária	Saldo em 30/06/2025
COFINS	111	9	120	5	125
PIS	18	2	20	1	21
Total – Provisões judiciais fiscais	129	11	140	6	146

A seguir, um resumo dos principais questionamentos oriundos de obrigações fiscais.

Tese	PIS		COFINS		TOTAL	
	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão
Alargamento da Base (a)	22	21	124	125	146	146
Saldo total 30/06/2025	22	21	124	125	146	146

Tese	PIS		COFINS		TOTAL	
	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão
Alargamento da Base (a)	19	20	121	120	140	140
Saldo total 31/12/2024	19	20	121	120	140	140

(a) Trata-se de mandado de segurança (Lei 12.973/14) sobre a não incidência nas rubricas do ativo livre e prescrição.

9. Patrimônio líquido

9.1. Capital social

O capital subscrito e integralizado é de R\$ 12.000 representado por 12.000.000 ações ordinárias.

9.2. Reservas de lucros

As reservas de lucros de R\$ 2.293 são compostas por:

- (i) A reserva legal era de R\$ 439, constituída ao final do exercício com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e será constituída pela Companhia até que o seu valor atinja o limite legal.
- (ii) A reserva estatutária era de R\$ 1.854, constituída ao final do exercício social por até 100% do lucro líquido do exercício, após as deduções legais.

9.3. PLA - Patrimônio líquido ajustado e exigência de capital

Em atendimento à Resolução CNSP nº 432/2021 e suas alterações posteriores as sociedades supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco (CR), respeitado os níveis de qualidade estabelecidos para cobertura do CMR, conforme demonstrado a seguir:

- (i) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1,
- (ii) no máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e
- (iii) no máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3.


Vanguardacap Capitalização S.A.
Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30/06/2025	31/12/2024
Patrimônio Líquido (a)	20.595	14.293
Ajustes contábeis	(173)	(171)
Ativos intangíveis (-)	(173)	(171)
Subtotal PLA - nível	20.422	14.122
PLA Nível I	20.422	14.122
PLA (Total) = PL + Ajust. cont.+ Ajust. Econ. + Ajust. Do Exc. De Nível 2 e 3 (c = a+b)	20.422	14.122
Capital Base (CB) (a)	10.800	10.800
Capital de Risco de Crédito	8	5
Capital de Risco - Mercado	12	16
Capital de Risco - Redução por correlação	(4)	(3)
Capital de Risco - Operacional	3	5
Capital de Risco (CR) (b)	19	24
Capital Mínimo Requerido - CMR maior entre (a) e (b)	10.800	10.800
Patrimônio líquido ajustado - PLA	20.422	14.122
(-) Exigência de capital - CMR	(10.800)	(10.800)
Suficiência de capital - R\$	9.622	3.322
Suficiência de capital (% da EC)	189%	131%

10. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos referentes às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado, são relativos a transações da Companhia com sua controladora e empresas ligadas.

Partes relacionadas	Ativo		Passivo		Receitas		Despesas	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Icatu Seguros S.A. (Controladora) (a) (c)	-	-	(222)	(230)	-	-	(1)	(5)
Icatu Capitalização S.A. (Ligada) (a)	-	-	-	-	-	-	-	(4)
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária e Consultoria S.A. (Ligada) (a)	5	-	-	-	21	-	-	-
Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda. (Ligada) (a) (b)	-	-	(3)	(4)	-	-	(23)	(24)
Itumbiara Participações Ltda. (Ligada) (a)	-	-	-	-	-	-	-	-
Vanguarda Companhia de Seguros Gerais (Ligada) (a)	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	5	-	(225)	(234)	21	-	(24)	(33)

A natureza das principais transações com partes relacionadas é descrita a seguir:

- (a) Reembolsos de custos administrativos - referem-se a rateio de despesas comuns entre as sociedades do Grupo Icatu e são liquidados mensalmente, conforme estabelecido em instrumento particular de convênio assinado entre as partes.
- (b) Valores referentes à taxa de gestão sobre instrumentos financeiros pela Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda, e
- (c) Dividendos referentes às movimentações oriundas do resultado da Companhia.



Vanguardacap Capitalização S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Detalhamento de contas da demonstração do resultado

11.1. Custo de Aquisição – Capitalização

	30/06/2025	30/06/2024
Despesas de remuneração performance mensal	(12)	(15)
Total	(12)	(15)

11.2. Outras Receitas e Despesas Operacionais – Capitalização

	30/06/2025	30/06/2024
Receita com prescrição de título (*)	9.826	-
Outras receitas	3	-
Total	9.829	-

(*) Os valores dos sorteios foram integralmente baixados em 2025 de acordo com o atingimento do prazo prescricional, previsto no Código Civil Brasileiro, gerando uma receita operacional com prescrição de títulos.

11.3. Despesas administrativas

	30/06/2025	30/06/2024
Pessoal próprio	(2)	(3)
Serviços de terceiros	(52)	(163)
Localização e funcionamento	-	(1)
Publicações	(11)	(40)
Despesas administrativas diversas	(2)	(1)
Total	(67)	(208)

11.4. Despesas com tributos

	30/06/2025	30/06/2024
COFINS	(439)	(28)
PIS	(71)	(4)
Taxa de fiscalização	(90)	(90)
Total	(600)	(122)


Vanguardacap Capitalização S.A.
Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11.5. Resultado financeiro

	30/06/2025	30/06/2024
Categoria - VJR		
Títulos de renda fixa	1.447	1.248
Outras receitas financeiras	1	7
Total – receitas financeiras	1.448	1.255
Categoria - VJR		
Atualização monetária sobre provisões técnicas - capitalização	(53)	(38)
Outras despesas financeiras	(62)	(75)
Total – despesas financeiras	(115)	(113)
Total	1.333	1.142

12. Conciliação do Imposto de Renda e da Contribuição Social

O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados como despesas, como segue:

	30/06/2025		30/06/2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos impostos e participações	10.483	10.483	797	797
Participações no lucro	(2)	(2)	(1)	(1)
Resultado antes dos impostos	10.481	10.481	796	796
ADIÇÕES	184	184	138	138
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	-	-	3	3
Tributos e contribuições em questionamento judicial	38	38		
Tributos e contribuições com exigibilidade suspensa	146	146	135	135
EXCLUSÕES	(188)	(188)	(137)	(137)
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	(3)	(3)	(3)	(3)
Tributos e contribuições em questionamento judicial	(45)	(45)	(5)	(5)
Tributos e contribuições com exigibilidade suspensa	(140)	(140)	(129)	(129)
Resultado ajustado	10.477	10.477	797	797
Alíquotas oficiais	15%+10%	15%	15% + 10%	15%
Despesas com IRPJ/CSLL	(2.607)	(1.572)	(187)	(120)
Reversão da provisão de créditos tributários	-	-	-	-
Despesas com IRPJ/CSLL	(2.607)	(1.572)	(187)	(120)
Alíquota efetiva - resultado antes dos impostos	25%	15%	24%	15%

14. Eventos subsequentes

A Medida provisória nº 1.303, promulgada em 11 de junho de 2025 eleva a alíquota da CSLL para as pessoas jurídicas de capitalização de 15% para 20%, a partir de outubro de 2025.

15. Comitê de auditoria

Em atendimento à Resolução CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021, a Companhia aderiu ao comitê de auditoria único instituído pelo Grupo Icatu, por intermédio da instituição líder Icatu Seguros. O resumo do relatório do referido comitê será divulgado em conjunto com as Demonstrações de 30 de junho de 2025 da Icatu Seguros S.A.



Vanguardacap Capitalização S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Vanguardacap Capitalização S.A.

CNPJ: 11.467.788/0001-67

Diretor-Presidente

Luciano Soares

Diretores

César Luiz Salazar Saut

Alexandre Petrone Vilardi

Marcio de Moraes Palmeira

Contador

Ivandro de Almeida Oliveira

CRC RJ 076168/O-7

Atuária

Lígia Guedes de Abreu

MIBA nº 1394